

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.170 - SP (2019/0260923-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **EDNEI DE SOUZA GOIS**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JULIANA PASCUTTI FERREIRA DE OLIVEIRA - DEFENSORA
PÚBLICA - SP275887
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDNEI DE SOUZA GOIS, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 183):

Recurso em sentido estrito - Denúncia rejeitada - Preenchimento dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal - Materialidade demonstrada e suficientes indícios de autoria - Princípio da insignificância - Reconhecimento - Impossibilidade, a despeito do pequeno valor dos bens subtraídos - Recurso provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 200/220), alega a parte recorrente violação dos artigos 1º e 155, do Código Penal e do artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que a hipótese dos autos comporta a aplicação do princípio da insignificância, notadamente porque inexpressivo o valor da *res furtiva*, avaliada em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 224/232), o recurso foi inadmitido pela Corte de origem (e-STJ fl. 235), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado (e-STJ fls. 248/260).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do agravo, consoante parecer assim

ementado (e-STJ fl. 286):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

- 1. Inadmissível o apelo especial em que o recorrente, sob pecha de violação a dispositivo de lei federal, insiste que o Tribunal a quo se equivocou ao deixar dar provimento ao recurso em sentido estrito ministerial para receber a denúncia, notadamente quando em harmonia com a jurisprudência da Corte Superior de Justiça. Súmula nº 7/STJ e nº 83/STJ.*
- 2. Afasta-se a aplicação do princípio da insignificância no crime de furto qualificado, mormente quando não há como considerar-se de valor irrisório objeto furtado que ultrapassa o valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos.*
- 3. Parecer pelo não provimento do agravo.*

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

Consta dos presentes autos que o *Parquet* denunciou o recorrente como incurso nas penas do delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso I, do CP, em razão de, no dia 7/6/2016, subtrair para si, mediante rompimento de obstáculo, um aparelho de som do veículo Fiat Uno pertencente à vítima Leandro da Costa Almeida, avaliado em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Rejeitada a exordial acusatória sob o argumento de ausência de tipicidade material, ante a incidência do princípio da insignificância, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal *a quo* deu provimento, para receber a denúncia e determinar o prosseguimento da ação penal, consignando para tanto o seguinte (e-STJ fls. 184/186):

[...]

Mas, na análise da pretensão deduzida, forçoso concluir que a

denúncia narra o fato típico com todas as suas circunstâncias e descreve de maneira suficiente a conduta do acusado, a ponto de possibilitar que se defenda amplamente, de forma que preenche os pressupostos do art. 41, do Código de Processo Penal.

Não bastasse isso, a inicial veio amparada no inquérito policial, onde a materialidade está demonstrada e existem indícios da autoria do crime, razão pela qual não se justificava o imediato trancamento da ação penal.

Ate porque, como se sabe, apenas a prova indubitosa e inequívoca a propósito da autoria mal imputada, ou mesmo da nenhuma indicação de que seja o réu o responsável pelo ilícito a que se refere ou, ainda, a clara atipicidade do fato que se leva à sua conta, é que justifica a prematura rejeição da ação penal.

Por aqui, o acusado teria sido preso em flagrante na posse da res furtiva (fls. 18), de sorte que restou comprovada a materialidade do delito e os indícios se mostraram suficientes acerca de sua autoria.

Ademais, em que pese o entendimento do ilustre Magistrado, não há como reconhecer o princípio da insignificância em razão do pequeno valor da res (avaliada, aliás, em R\$ 200,00).

Isso porque, respeitadas opiniões em contrário, tem-se que a lei já destina tratamento específico às hipóteses de violação patrimonial de pequeno valor, conforme se depreende do disposto no art. 155, § 2º, do Código Penal que, nos dias de hoje, segundo jurisprudência inclusive dos Tribunais Superiores, tem aplicação até mesmo ao crime qualificado.

[...]

Vale dizer, se a lei conceitua a conduta como criminosa independentemente do valor da coisa subtraída, não pode o Magistrado alterar o tratamento de acordo com a situação que se apresenta.

De qualquer forma, a aplicação do princípio da insignificância, sempre ressalvado o entendimento contrário, estimula a prática de delitos dessa natureza e gera verdadeiro sentimento de impunidade simplesmente porque o objeto subtraído tem pouco valor.

Isso considerado, tendo em vista que a ação penal é o único meio apropriado para decisão que envolva exame e julgamento a propósito do mérito da causa e acusação, o provimento do recurso, para o recebimento da denúncia oferecida contra Ednei de Souza Gois, é medida que se impõe.

[...]. - grifei

Na espécie, a Corte local consignou que, dado o valor da *res furtiva*, avaliada em R\$ 200,00 (duzentos reais), não haveria se falar em crime de bagatela (e-STJ fl. 185).

É cediço que a lei penal não deve ser invocada para atuar em hipóteses desprovidas de significação social, razão pela qual os princípios da insignificância e da intervenção mínima surgem para atuar como instrumentos de interpretação restrita do tipo penal. A ideia, entretanto, não pode ser aceita sem restrições, sob pena de o Estado dar margem a situações de perigo, na medida em que qualquer cidadão poderia se valer de tal princípio para justificar a prática de pequenos ilícitos, incentivando, por certo, condutas que atentem contra a ordem social.

Assim, o princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de *certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada* (HC n. 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009).

Acerca da matéria, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de ser incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da *res furtiva* superar o percentual de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos. (AgRg no REsp 1722299/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018).

Nessa linha, os seguintes julgados desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO

TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. MEDIDA SOCIALMENTE RECOMENDÁVEL. ATIPICIDADE MATERIAL. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

II - O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao examinar, conjuntamente, o HC n. 123.108/MG, Rel. Min. Roberto Barroso; o HC n. 123.533/SP, Rel. Min. Roberto Barroso e o HC n. 123.734/MG, Rel. Min. Roberto Barroso, definiu que a incidência do princípio da insignificância deve ser feita caso a caso (Informativo nº. 793/STF).

III - A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 221.999/RS (Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 11/11/2015, DJe 10/12/2015), estabeleceu que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, a verificação que a medida é socialmente recomendável.

IV - In casu, denota-se a inexpressividade da lesão jurídica provocada, uma vez que, além da reduzida expressividade do valor dos itens subtraídos (R\$ 65,00), que não equivale a mais de dez por cento do salário mínimo vigente à época dos fatos, os itens - 03 (três) pacotes de lâminas de barbear da marca BIC e 02 (dois) frascos de shampoo da marca Clear - foram restituídos ao estabelecimento comercial, cujo aporte econômico, em razão do furto, não se restou maculado, conjuntura a qual admite a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 519.452/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 20/11/2019). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10 % DO SALÁRIO MÍNIMO. CONCURSO DE AGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Consoante entendimento da Suprema Corte, são requisitos para aplicação do princípio da insignificância: a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social na ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e

a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Para aplicação do princípio da insignificância é considerado o valor total dos bens subtraídos, que, no caso, é de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais), **superior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos, R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), o que evidencia a expressividade da lesão jurídica provocada.**

3. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento, inviabilizando a aplicação do princípio da insignificância.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1541656/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019). - grifei

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO PRIVILEGIADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES FURTIVAE. REDUÇÃO DE PENA EM 1/3 PELO PRIVILÉGIO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MULTA. INSUFICIÊNCIA DA MEDIDA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. O "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (HC n. 84.412-0/SP, STF, Rel. Ministro CELSO

DE MELLO, DJU 19.11.2004.)

3. "Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, **não se há falar em aplicação do princípio da insignificância quando o valor da res furtivae ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato.** Precedentes. (AgInt no HC n. 299.297/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 31/5/2016).

[...]

Ordem concedida, de ofício, apenas para determinar que a execução da pena imposta ao paciente tenha início somente após o trânsito em julgado da condenação. (HC 531.064/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 30/10/2019). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA MAJORADA. ART. 168, § 1.º, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL. APONTADA NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 397, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PLEITO DEFENSIVO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA POR ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA DENUNCIADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DIREITO PENAL MÍNIMO. INAPLICABILIDADE. RES FURTIVA (DINHEIRO) EM VALOR SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS, ASSOCIADA AO SEU ASSENHORAMENTO EM RAZÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO HÁ 3 (TRÊS) ANOS COM O ENTE PATRONAL VITIMADO. AGENTE BALCONISTA RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA. CONTEXTO INCOMPATÍVEL COM O CRIME BAGATELAR. ACENTUADO GRAU DE OFENSIVIDADE E REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO DA ACUSADA À OBJETIVIDADE JURÍDICA TUTELADA NA NORMA. DEMONSTRAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL MANTIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Em atenção aos princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade, ventilados pela Defesa, é cediço que tal amparo normativo somente pode ser sopesado pelo Julgador, como excepcional hipótese de absolvição sumária do Imputado, ex vi do art. 397, inciso III, do CPP, por atipicidade material da conduta denunciada, quando evidenciada a manifesta desnecessidade da persecução criminal, reputada como última

via à manutenção da paz pública e do controle social, o que não se harmoniza ao caso vertente.

2. Para ambas as Turmas criminais desta Corte Superior, não se admite, como regra e à luz das peculiaridades do caso concreto, a aplicação do princípio da insignificância quando o valor da res furtiva, apesar de pequena monta, não for irrisório - ínfimo - e superar o percentual de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

3. Inexistente, ainda, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento do agente, ou a mínima ofensividade à objetividade jurídica tutelada na norma, pelo legislador, quando delineada sua conduta pela causa de aumento de pena disposta no art. 168, § 1.º, inciso III, do CP, e a merecer tratamento penal mais severo, sob pena de proteção Estatal deficiente da ordem social e desprestígio à função normativa penal de repressão e prevenção a novos delitos.

4. Na espécie, além de o valor da coisa assenhorada, no importe de R\$ 79,00 (setenta e nove reais), ser superior a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos, fixado no exercício de 2013 em R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), consta do acórdão recorrido que a Recorrente era funcionária da empresa há cerca de 3 (três) anos, exercendo a função de balconista e responsável sucessiva pela movimentação do dinheiro do caixa. Tal delineamento se revela apto a afastar - pela quebra de confiança para com o ente patronal e valendo-se a Agente da maior vulnerabilidade delitiva deste, decorrente da boa-fé objetiva esperada e ínsita às relações laborais -, a pretendida absolvição por crime bagatelar.

5. Agravo regimental conhecido e desprovido. (AgRg no REsp 1780618/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 28/10/2019). - grifei

No caso ora examinado, a lesão ao bem jurídico tutelado não se mostra inexpressiva, porquanto o valor do bem subtraído – um som automotivo, avaliado em R\$ 200,00 (duzentos reais) – equivale a aproximadamente 23% (vinte e três por cento) do salário mínimo vigente à época da prática delitiva (2016 - R\$ 880,00), conjuntura que afasta a aplicação do princípio da insignificância, neste momento processual.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, considerando que o valor da *res furtiva* ultrapassa 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos, não há se falar em reconhecimento da insignificância, dada a expressividade da lesão jurídica provocada.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso IV, alínea "a", do CPC c/c o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator